

GLOBALIZAÇÃO E ESPAÇAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Alisolete Antonia dos Santos¹
Anisio Carlos de Oliveira²
Aparecido Francisco dos Reis³
Teodorico Fernandes da Silva⁴

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de fazer uma discussão entre os vários processos de globalização e suas relações com a redefinição do papel do Estado nas atividades econômicas, políticas e sociais. A discussão das várias definições de globalização; a constituição das estruturas formais de poder no mundo atual; o influente papel das organizações internacionais, representadas por elites econômicas de caráter planetário e regional; e, finalmente, como todo esse contexto interfere no âmbito dos Estados Nacionais, provocando nos mesmos profundas transformações internas na regulação da economia e dos serviços públicos.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização, Política Social.

^{1,3e4} Doutorandos do Programa de Doutorado em Serviço Social, convênio UCDB/UNESP.

² Mestrando do Programa de Mestrado em Serviço Social, convênio UCDB/UNESP.

INTRODUÇÃO

Uma notícia, como o assassinato do presidente norte-americano Abraham Lincoln, em 1865, levou 13 dias para cruzar o Atlântico e chegar à Europa. Ao contrário do que acontece hoje, quando a queda das bolsas de valores, em qualquer parte do mundo, leva de 13 a 15 segundos para cair como raio sobre os grandes centros financeiros do mundo. Eis, ao vivo e a cores, a globalização. Não como teoria que já produziu um punhado de livros, jornais, periódicos, ensaios e muita incompreensão, mas como um fato da vida real (IANNI, 1997 : 11).

A globalização não é apenas palavra da moda, mas a síntese das transformações radicais pelas quais vem passando a economia mundial desde o início dos anos 80.

O único exagero, neste contexto, é o risco de tomá-la como palavra da moda indiscriminadamente, pois até pouco tempo as pesquisas mostravam que 57% dos brasileiros já tinham ouvido falar nessa “palavra da moda” e 14%, mesmo entre pessoas com nível superior de escolaridade, ignoravam o termo.

A globalização não pede licença para afetar os que sabem do que se trata e os que nem sequer ouviram falar ou mencionar esta “palavra”. Afeta desde o presidente do país, limitando o seu poder de propor políticas, como qualquer prestador de serviço em qualquer área, até o favelado que talvez imaginamos que não desempenhe nenhuma atividade.

Desde 1960, os pobres, para os quais a globalização não é “palavra de moda”, ficaram mais longe, muito mais longe, dos ricos. Nesta década, os 20% mais ricos do planeta tinham uma renda 78 vezes superior à dos 20% mais pobres (IANNI, 1997 : 33).

A globalização não é apenas um processo econômico. É também cultural, o que inclui desde a informação instantaneamente globalizada até o predomínio do inglês, como idioma oficial para comunicar todas as informações dos mercados financeiros mundiais (SANTOS, 1994 : 15).

Se a CNN (Cable News Network), a rede global de TV, deu início à informação em escala planetária, é a Internet, a rede de computadores, que tece, dia após dia, vínculos crescentes entre os que estão plugados nela.

É sobre esse fenômeno, a globalização, que neste trabalho vamos tentar precisar uma definição; o que alguns teóricos pensam que seja e a formação de blocos para garantir seus interesses em uma economia global.

1 - A DEFINIÇÃO DE GLOBALIZAÇÃO

O que é globalização? Como qualquer assunto em que entre a questão econômica, podemos encontrar quantas respostas a quantas pessoas que se pergunte.

Podemos formular uma explicação bastante didática para o fenômeno da globalização, que, assim, parece resultar da conjunção de três forças poderosas:

- 1) A terceira revolução tecnológica (tecnologias ligadas à busca, processamento, difusão e transmissão de informações, inteligência artificial, engenharia genética).
- 2) A formação de áreas livres de comércio e blocos econômicos integrados (como o Mercosul, a União Européia e o Nafta).
- 3) A crescente interligação e interdependência dos mercados físicos e financeiros em escala planetária.

Não é uma posição plenamente aceita hoje, pois há setores da economia mundial que expressam opinião diferente, como a expressa pelo *Le Monde*, que recorda o comércio entre nações do velho e novo mundo; os transportes intercontinentais rápidos que existem há vários decênios; as empresas multinacionais que prosperaram há meio século;

os movimentos de capitais que são invenções dos anos 90; bem como a televisão, os satélites, a informática. A única novidade é a queda do socialismo soviético que permitiu em escala planetária um capitalismo livre.

Em suma, a mundialização é uma fase suplementar no processo de internacionalização do capital industrial em curso desde o século passado.

Partindo destes aspectos ou da reflexão a que chegamos, conforme o especialista François Chesnais (c.f. DREIFUS, 1997), este fenômeno pode ser definido como regime mundializado de dominação financeira. A crise das bolsas é uma prova disso. Em um simples toque de computador, bilhões de dólares evaporam em Hong Kong e surgem em Nova York.

É por isso e muitos outros aspectos que um especialista inglês Anthony McGrew (cf. GOMES, 1997) da Universidade Aberta do Reino Unido listou três tendências nos analistas da globalização, a saber:

- 1) Os hiperglobalizantes: os que acham que a globalização define uma nova época na história da humanidade, em que “*as tradicionais nações-Estados tornaram-se não naturais, até mesmo unidades de negócio impossíveis em uma economia global*”.
- 2) Os céticos: são os que entendem que os fluxos atuais de comércio, investimento e mão-de-obra não são superiores aos do século passado.
- 3) Os transformistas: têm uma visão intermediária. Admitem que os processos contemporâneos de globalização não têm precedentes, mas acham que resta um papel para os governos nessa história, desde que se adaptem a um mundo em que já não há uma distinção clara entre assuntos domésticos e internacionais. Apontam um novo padrão de inclusão e exclusão social na economia global.

Diante dessas três posições, ainda continua em aberto o que seria de fato globalização e como ela se manifesta?

Não existe uma definição que seja aceita por todos. Ela está definitivamente na moda e designa muitas coisas ao mesmo tempo. Há interligação acelerada dos mercados nacionais, há a possibilidade de movimentar bilhões de dólares por computador em alguns segundos, como tem ocorrido nas bolsas de valores. Os mais entusiastas acham que a globalização define uma nova era da história humana.

1.1 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Para o economista francês François Chesnais (cf. DREIFUS, 1997) o que distingue a globalização das fases anteriores do capitalismo e mesmo do Imperialismo do século XIX é que globalização ou mundialização, como chamam os franceses, não é simplesmente uma fase suplementar no processo de internacionalização do capital desencadeado há um século ou mais. Estamos diante de um novo modo de acumulação. Os traços característicos como modelo de acumulação “fordista” que prevaleceu entre 40 e 70 e como o modelo imperialista “clássico”, que dominou até a crise de 1929.

O fordismo caracterizava-se pelas taxas de investimento suficientemente elevadas, capazes de manter empregada toda a mão-de-obra disponível (assegurar o pleno emprego), com ocasionais recursos, até mesmo a imigração. Uma vez que se tratava de um regime de acumulação essencialmente voltada para a extensão da produção de valor e de mais-valia, e logo de riqueza (ao passo que o regime atual preocupa-se antes com a apropriação de riqueza e privilegia as atividades especulativas baseadas em posições nos mercados imobiliários, financeiros e de transações comerciais), ele foi capaz de tolerar, ao menos nos países capitalistas centrais, a partilha parcial dos ganhos de produtividade com as camadas assalariadas, bem como suportar as despesas referentes ao estado de bem estar social.

Nesses países, o regime fordista permitiu, durante 30 anos, uma elevação geral do nível de vida das grandes massas. A diferença

do atual é que o regime fordista tendia à inclusão e não à exclusão, do mesmo modo que, no plano internacional, tendia à integração e não à marginalização.

Dois fatores principais estiveram na origem da crise do regime fordista, ambos ligados ao sucesso da acumulação e às contradições resultantes. O primeiro foi a reaparição, em 1974-5, da primeira crise clássica de superprodução e de superacumulação, depois da 2ª Guerra Mundial. O segundo foi a reconstituição das bases econômicas e sociais de um capital financeiro poderoso, a quem parecia intolerável a força dos trabalhadores assalariados e de seus sindicatos, em nível de gastos com “*Welfare State*” e a taxaço sobre o capital e as altas rendas pessoais. Em 1978-80 – a “*revolução conservadora*” levou ao poder os representantes políticos desse capital financeiro redivivo.

Nesse processo, o papel desempenhado pelo capital financeiro foi concentrar mais ainda nas mãos de poucos investidores.

Nestes termos, a globalização tem limites claros, pois a modalidade atual de desenvolvimento, compreendido como extensão e transplante do móvel de industrialização e do nível de vida dos países avançados, não representa mais uma perspectiva viável para o conjunto dos países e continentes do mundo. Hoje, já não é desejado por aqueles que no passado foram seus agentes externos (os grandes grupos industriais); e conhecemos seus limites ecológicos incontornáveis, uma vez que os países avançados não querem renunciar seus privilégios. Com a globalização, quem ganha são os ricos que se tornam cada vez mais ricos e quem perde são os pobres que a cada vez se tornam mais pobres e explorados.

1.2 - O PODER GLOBAL

Está em andamento um novo processo de centralização e dominação do mundo ocidental. Para que isto se concretize, são necessárias estruturas de poder. É sobre estas estruturas que passamos a discorrer, segundo a interpretação de IANNI (1997 : 45).

As estruturas do poder vigente em escala global dispõem de objetivos, de meios, de recursos e de interpretações para deduzir, atuar, induzir, impor sobre governos nacionais, sobre fronteiras. Estão articuladas segundo princípios da economia de mercado, da apropriação privada, da reprodução do capital, da acumulação capitalista global, da dominação política e social.

O governo destas estruturas polariza-se em instituições como a ONU-Organização das Nações Unidas e outras poderosas instituições econômicas, conglomerados e na indústria cultural.

1.2.1 - Organização das nações unidas

A ONU, com caráter político, econômico, social e cultural, configura a idealização de um governo mundial com condições jurídico-políticas, institucionais e materiais, para fazer injunções dos países fortes, mediante veto, blocos e alianças. Legítimas posições, atuações dos países dominantes. Ainda prescreve o que é bom para as zonas de sua influência e para seus sistemas geopolíticos.

1.2.2 - Poderosas instituições econômicas

Como poderosas instituições econômicas mundiais, podem ser indicados: Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de reconstrução e desenvolvimento (BIRD), que formalizam as condições sob as quais o capital em geral se manifesta e se reproduz.

Estas instituições tem por objetivos induzir, bloquear e reorganizar as políticas nacionais por meio das condições de legitimidade, recurso e capacidade para agir em toda parte. O fundamento está na moeda internacional (dólar) a que todos os países membros devem se ajustar. A moeda internacional suplanta os capitais particulares, desterr-

tionaliza o capital e desenvolve a universalização das forças de produção.

Segundo LASCH (1995 : 31), o dinheiro compra coisas que não deveriam estar a venda: dispensa do serviço militar; amor e amizade; os próprios cargos políticos (graças ao custo exorbitante das campanhas).

O FMI e o BIRD vão além do sistema monetário, abarca as relações comerciais, os acordos, os processos e as estruturas políticas sócio-econômicas. Suas agências estão presentes na globalização dos mercados nacionais em curso.

Os interesses dos poderosos do clube de Paris, de Londres e do Grupo dos 7 subordina povos, governos e acentua as disparidades econômicas e sociais entre os países ricos e os países pobres. Assim, o governo mundial manifesta-se nas diretrizes, nas atuações destas instituições que controlam o sistema monetário internacional.

1.2.3 - Grandes empresas

As corporações, os conglomerados nacionais, transnacionais, globais e planetários são responsáveis pela formação, funcionamento e transformação do mundo num Shopping Center Global, onde as marcas da globalização estão presentes.

Neste caleidoscópio imenso de produção, as grandes empresas, em escala planetária, impõem e dispõem o que consumir.

1.2.4 - Indústria cultural

A indústria cultural garante o predomínio das classes dominantes mediante a mídia impressa, eletrônica, o vídeo-clip, a universidade que informam, distraem e interpretam o mundo. Essa indústria

enganosa, privatiza e isola as aspirações do povo, evitando o diálogo, o debate e o contato com o povo.

Os grupos dominantes, neste mercado internacional da cultura, impõem a todos suas idéias, suas crenças, suas magias, seus ritmos que servem aos seus próprios interesses num disfarce de cultura de massa ou cultura internacional popular.

“Hoje, entretanto, são as elites - que controlam o fluxo internacional de dinheiro e as informações, presidem fundações filantrópicas e instituições de ensino superior; administram os instrumentos de produção cultural e, portanto, estabelecem os termos do debate público -, que perderam a fé nos valores do Ocidente, ou no que resta deles” (LASCH, 1995 : 39).

2 - O PAPEL DO ESTADO DIANTE DA GLOBALIZAÇÃO

É freqüente, nas discussões sobre a globalização, a tendência de opor de maneira absoluta e cabal do papel do Estado e ao crescimento da interdependência, sem ter em conta que esse relacionamento é, no mínimo, ambivalente, já que o próprio Estado moderno, desde suas origens, formou-se e se consolidou juntamente com a economia capitalista.

Assim, vista de uma perspectiva histórica, do Século XIII ao XVIII, a criação do mundo moderno ocidentalizado e, mais especificamente, o europeu, foi resultado da centralização do poder em um Estado forte, derrubando as fronteiras das Cidades-Estados, vilas e feudos, unificando sob um poder soberano e absoluto os mais diversos segmentos sociais.

A aceitação da centralização do poder, em um determinado território por parte da população local, foi obtido pelo exercício da violência legítima e pela imposição da soberania que veio além das

fronteiras estabelecidas, mediante acordos mútuos e internacionais que consagraram o princípio de não-interferência externa entre os Estados que constituíam, naquele momento, a emergente sociedade internacional (GOMES, 1997). Desse modo, a ascensão do Estado moderno, como forma territorial, impessoal e centralizada, dependeu muito de sua articulação no nível das relações internacionais.

Durante os Séculos XIX e XX, a soberania do Estado e seus aspectos indissociáveis: o interno como poder supremo e o externo como poder independente, adicionaram-se de maneira conflituosa e contraditória, outras duas características que redefiniram as relações entre o poder e o povo: o nacionalismo e a democracia. Segundo HOBBSBAWN (1992), o nacionalismo estendeu e aprofundou a noção de soberania ao reivindicar uma pretensa homogeneidade cultural, religiosa e lingüística, que dariam a cada povo uma identidade permanente. O que se viu, nesse caso, foi a transformação, dissolução e formação de numerosos Estados. Ao mesmo tempo, chocando-se ou se compatibilizando com o nacionalismo. As idéias e práticas democráticas modernas surgiram e se expandiram a partir de lutas pela aplicação da lógica, da igualdade política para o âmbito de toda população, gerando, assim, uma série de conseqüências como: governo representativo, heterogeneidade política e social, sufrágio universal, eleições livres, expansão do conceito de cidadania e, evidentemente, direitos políticos e sociais bastante ampliados. Por todas essas razões, a imagem ou o ideal da política neste Século está identificada com o Estado-nação. Este, visto como incorporador de uma nação com uma cultura comum e uma economia nacional submetida ao controle e regulação de democracias representativas, que funcionam dentro de fronteiras distintas e seguras (GOMES, 1997).

Porém, ocorre que essa mesma figura do Estado enfrenta, na atualidade, no embate de relações entre forças nacionais e internacionais, profundas transformações de alcance mundial nos padrões de poderes e restrições, pressões e condicionamentos entre a autoridade política soberana com capacidade de autodeterminação e os vetores primordiais da globalização econômica, tecnológica, política e cultural, que pretendem moldar e limitar as opções dos Estados

em seus domínios. Daí a idéia necessária de traçar rapidamente um mapeamento, senão de todas as nuances desse processo, pelo menos da nova estrutura de poder no mundo atual.

Segundo DREIFUS (1997), agindo de maneira fundamental nessa configuração de transfronteirização governamental e societária, estão as novas elites orgânicas. Essas elites configuram os mega-sistemas de poder científico, tecnológico e econômico no início do Século XXI, são formadas por empresários, engenheiros, executivos, analistas, cientistas e etc., que, transcendendo o poder estatal, atuam como gerência de políticas planetárias e matriz de orientação estratégica. Esboço de um sistema planetário de relações supranacionais, nas quais os atores centrais são as novas organizações e corporações empresariais.

Estes homens, os mais influentes do mundo, possuidores de poderes jamais vistos, encontram-se freqüentemente em centros de conferências virtuais e em espaços privilegiados de articulação, seguros e afastados do olho público. Só para citar alguns: o Fórum Econômico Mundial que, segundo o sociólogo francês Alain Touraine, funciona como uma espécie de senado da economia mundial, congregando chefes de Estado, ministros, presidentes de bancos centrais, empresários, pensadores e consultores econômicos. Esse Fórum reúne mil empresários e controla cerca de 4 trilhões de dólares em volume de negócios.

Há ainda outros grupos organizados: Reunião de Bungenstock (300 pessoas); Europeans Roundtable of Industrialists (1.500 pessoas); e o Fórum Empresarial das Américas (mil empresários). Essas elites articuladas virtual e efetivamente tomam lugar de organizações anteriores, sejam internacionais, como a OMC, ou as bi-laterais, como as câmaras de comércio; têm uma visão global de referências culturais supranacionais, agem através de uma concatenação descentralizada num mundo de mercados ampliados. Sustentados, assim, por sofisticados sistemas de comunicação de informação, essas elites estruturam-se como verdadeiras associações virtuais, contornando Estados, territórios nacionais, reafirmando autonomia política e pensamento único.

Isto, sem dúvida, representa uma nova forma de organização e intervenção empresarial, de ação governamental, de processos de inter-

mediação de interesses e demandas transnacionais públicas e privadas no interior dos Estados nacionais. Desse modo, muito dos tradicionais locais de representação e agregação de demandas sociais, como parlamentos, autarquias estatais, governos, associações e instâncias políticas diversas, mostram-se ineficazes. Enquanto práticas convencionais, passam a ser considerados como inadequados e irrelevantes dentro do contexto do mundo planetarizado, com sentido de unanimidade global que se impõe a consensos nacionais, regionais e setoriais. Renegam o Estado de Bem-estar social, descartando qualquer tentativa de mobilização contrária. Assim, a vontade popular é atomizada e a reivindicação social desprezada como anacrônica, fora do lugar e contraproducente.

Para Dreifus, ao desenvolver o planejamento para ação política planetária privada, criando organismos supranacionais e exclusivos, essas elites formam verdadeiros governos privados, que se ocupam da formulação de macro-diretrizes no âmbito econômico, social, nacional e internacional. Esse gerenciamento é realizado através do seletivo e calculado processo de des-estatização das áreas ocupacionais do Estado, como transportes, telecomunicações, previdência, saúde, educação, etc.

Esse quadro mostra-se pouco democrático, pois não permite a diferença de pensamento expressado através das demandas sociais e ideológicas. O processo de formulação de opções fica restrito a entrar ou não no jogo da mundo globalizado, com suas regras já estabelecidas: flexibilização, desregulamentação e nenhuma preocupação com os problemas sociais crônicos ou subjacentes ao processo.

Nesse sentido, o economista inglês HUTTON (1998) explicou que o Estado atual é resultado da opção por um capitalismo que exacerba os efeitos perversos do mercado, criando ineficiências e aumentando a desigualdade social. A globalização econômica lançou profundas desconfianças sobre a capacidade do Estado em regular a competição em mercados (financeiros e do trabalho) ou para administrar serviços coletivos (transportes, educação, saúde, etc.), ou ainda, para adotar políticas de proteção social, tais como pensões e aposentadorias.

A desregulamentação, ou seja, a liberdade presumida de

mercado gerou fontes de instabilidade na relação oferta de procura de mão-de-obra e trouxe custos sociais crescentes com o aumento do desemprego. Gerou, ainda, a ausência do hábito do trabalho e tem contribuído significativamente com outro problema social, hoje em escala mundial: o crime organizado com sua face mais cruel que é a violência. Isso provocou, simultaneamente, um custo adicional aos quebrados caixas dos governos.

Logo, longe de se auto-regular, distribuindo melhor a prosperidade entre os diversos atores sociais (empresários, trabalhadores e dependentes), a liberdade exagerada tende a produzir injustiças e ineficiências.

A saída dessa situação, segundo o autor, não pende para o voluntarismo ou para o corporativismo, nem para uma intervenção governamental antagônica às leis de mercado. HUTTON (1998) procurou investigar como construir uma estrutura capitalista que possa se auto-regular de forma mais adequada, ou seja, como a sociedade deveria responder pelos custos sociais das ações individuais, como os riscos que delas resultam poderiam ser distribuídos de forma mais justa e cobertos por algum tipo de seguro e como tais riscos deveriam ser pagos.

Como o capitalismo não é perfeitamente auto-regulado, ele analisa o caso da privatização e desregulamentação dos transportes urbanos britânicos. Isso resultou em serviços mais lentos e de pior qualidade. Além de prejudicar os usuários, redundou em aumento substancial do transporte individual, que, por sua vez, aumentou o custo e piorou a qualidade e a rapidez dos transportes em geral. O corte de pessoal (a começar pelos cobradores), a diminuição dos salários e da proteção aos trabalhadores, afóra a criação do desemprego, diminuiram a qualificação geral da mão-de-obra do setor e seu envolvimento com a profissão, afetando a qualidade e a segurança do serviço.

A conseqüente diminuição da demanda incentivou as empresas locais e regionais a efetuarem vendas e fusões que resultaram em oligopólios, com conseqüências sobre preços e serviços, qualidade dos equipamentos, redução de horários e fluxos, mudanças inconvenientes de itinerários e assim por diante.

Assim, a privatização e a desregulamentação, que teoricamen-

te garantiriam maior eficiência e maiores benefícios para todos, em decorrência da maior flexibilidade assegurada pela livre contratação e do equilíbrio decorrente da livre competição, resultaram em menos competição, menos eficiência, maior iniquidade e mais prejuízo para os usuários.

A partir desse quadro, qual a saída? O referido autor propõe, então, elaborar um sistema de direitos de propriedade em que as obrigações com relação à sociedade como um todo sejam embutidos no cerne da idéia de propriedade, e a criação de um sistema de seguro coletivo contra riscos coletivos, como forma mais ampla possível; a tal modo, que possa incluir aí, educação, saúde, habitação, segurança e também o desemprego.

3 - AS POLÍTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO ATUAL

Política social refere-se àquelas modernas funções do Estado capitalista, de produzir, instituir e distribuir bens e serviços sociais categorizadas como direitos de cidadania. Trata-se de política associada a um padrão de organização social e política que incumbe ao Estado responsabilidades pelo bem-estar dos cidadãos. O Estado Capitalista do pós-guerra, passou a ser chamado de Estado de Bem-Estar que, além de se envolver com o processo de provisão social, tem que desenvolver uma expressiva atividade regulamentadora que inclui medidas fiscais, intervenções que vão desde leis trabalhistas até a garantia de acesso do cidadão comum a benefícios e serviços de natureza públicos.

A política social, assim identificada, integra um complexo político-institucional denominado seguridade social, o qual, por sua vez, constitui a base conceitual e política do Estado de Bem-Estar ou de *Welfare State*.

O *Welfare State* foi a alternativa histórica das sociedades capitalistas (européia, norte-americana) do pós-guerra para a resolução das

desigualdades sociais. O mesmo não aconteceu com os países latino-americanos, particularmente o Brasil, isto é, apesar das intervenções do Estado, que aparentemente visa a política do Bem-Estar, na prática, observa-se que o Estado reforça e assegura a existência de uma clientela (que vota) marginalizada, que depende do assistencialismo.

Nesse sentido, a política social adotada ao longo da evolução histórica brasileira é um mecanismo de controle das contradições que a relação capital-trabalho gera no campo da produção e reposição da força de trabalho; ou, ainda, a política social cumpre a função ideológica de garantir o consenso da relação dominação-subalternidade, de neutralizar as tensões dessa relação.

3.1 - GLOBALIZAÇÃO, ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS

O Neoliberalismo propõe um Estado mínimo, normativo e administrador, que não interfira no funcionamento do mercado.

A implantação da política social neoliberal pressupõe quatro estratégias fundamentais, que são: o corte dos gastos sociais, a privatização, a centralização dos gastos sociais públicos em programas seletivos contra a pobreza e a descentralização. A privatização é o elemento articulador dessas estratégias, atendendo ao objetivo econômico de abrir todas as atividades econômicas rentáveis aos investimentos privados, com o intuito de ampliar os âmbitos de acumulação, e ao objetivo político-ideológico de remercantilizar o bem-estar social. Para atingir esses objetivos, sem causar desequilíbrios políticos, é necessário legitimar ideologicamente o processo de privatização e instituir mudanças estruturais. É nessa lógica que se inscrevem as outras três estratégias.

O corte dos gastos sociais vem acompanhado da transferência de parte das responsabilidades sociais do Estado para os investimentos privados e da expansão da produção dos serviços sociais, objetivando a acumulação. Para que isto se consolide, é necessário que

ações estatais específicas dirijam a geração de um mercado estável e garantido e a resolução das contradições políticas geradas pelos postulados neoliberais.

Em suma, que essas ações estatais permitam que a administração de fundos e a produção de serviços possam se converter em atividades econômicas rentáveis. No Brasil, a maioria da população é pobre, ocorre um processo seletivo de privatização dos benefícios sociais, incentivado por políticas dirigidas à criação de um mercado disponível e garantido.

Esse processo seletivo de privatização depende de três condições: a primeira está relacionada com o corte dos gastos sociais públicos, justificado pela crise fiscal do Estado, o qual significa o desfinanciamento das instituições públicas. Este desfinanciamento causa a deterioração e o crescente desprestígio das instituições públicas. Estes fatos ajudam a criar demanda para o setor privado e a possibilitar o processo de privatização socialmente seja aceitável.

Entretanto a crise fiscal do Estado não ocorreu devido aos excessivos gastos sociais, mas por causa da dívida pública e externa provocada por mudanças nas relações econômicas nacionais e internacionais. Os técnicos do Fundo Monetário Internacional - FMI e Banco Mundial - BM, para garantir o pagamento da dívida externa, impuseram programas de ajuste que também tiveram o objetivo de reduzir o déficit público. Sendo uma das exigências o corte de gasto público, destacando-se o social, resultando a transferência de recursos públicos para o capital especulativo.

Outra forma de incrementar a demanda privada, proposta pelo Banco Mundial, é a cobrança dos serviços públicos, transformando-os em mais uma mercadoria, com a seguinte argumentação de que era injusto o erário público pagar por um bem privado, ou seja, consumido por indivíduos particulares, como a explicar de que isso significaria que uns se apropriam dos recursos públicos e outros não. Uma segunda argumentação justifica que a cobrança dos serviços proveria o setor público de recursos para elevar o seu orçamento, com essa medida, seriam atingidos três dos objetivos neoliberais: remercantilizar os bens sociais, reduzir o gasto social público, e suprimir a noção de direitos sociais.

A segunda condição do processo seletivo de privatização é garantir e conseguir formas estáveis de financiamento para custear os benefícios ou serviços privados. Para concretizar essa condição, utiliza-se de mecanismo, entre eles, o de comprar os serviços-benefícios do setor privado, com fundos públicos, por exemplo, bolsas de estudo. Outro mecanismo é o incremento da indústria de seguros privados.

A terceira condição da privatização seletiva é a capacidade do setor privado de responder à demanda, a qual se resolve com a existência de grandes grupos financeiros, cuja expansão e integração foi facilitada pela desregulamentação financeira.

A estratégia de centralizar os gastos sociais em programas seletivos dirigidos aos pobres ultrapassa o objetivo de incrementar o domínio do mercado mediante a retirada dos fundos públicos para o financiamento de benefícios sociais universais. Essa política remercantiliza os benefícios sociais, capitaliza o setor privado, deteriora e desfinancia as instituições públicas.

Esse processo de empobrecimento provocado pelas medidas econômicas neoliberais, associada ao fim dos direitos sociais, tem causado convulsões sociais e resistência política organizada, por exemplo, a crescente miserabilidade e a violência urbana e no campo: o MST.

O governo e os organismos financeiros internacionais, BM, FMI, compartilham da preocupação sobre os efeitos políticos de seus programas de ajuste e mudança estrutural. Porém, para garantir suas conquistas, inovam seu discurso justificando que as privatizações e a retração estatal na área do bem-estar social é o melhor caminho para alcançar maior equidade, porque o Estado, poupando recursos dos programas universais, pode usá-los para subsidiar os pobres com programas sociais básicos.

Entretanto, observa-se que a desigualdade social no Brasil é uma das maiores, em relação aos países latino-americanos. Os programas sociais básicos não atendem a grande maioria da população pobre.

O objetivo do discurso do governo é garantir níveis mínimos de alimentação, saúde e educação para a população carente.

Porém, o que se constata é que esses programas sociais básicos não atendem essa população, mas o governo, com o assistencialismo, assegura uma clientela política em substituição ao apoio popular, que outrora era baseado no pacto social, o qual é impossível de se estabelecer no padrão das políticas neoliberais.

O clientelismo brasileiro não é apenas a população pobre, mas é um componente secular das relações entre o Estado e todas as classes sociais; as mais pobres vivem na dependência do assistencialismo, e ao receber os benefícios deve mostrar gratidão, apoiando, votando no benfeitor; as mais abastadas usufruem dos benefícios, utilizando-se dos apadrinhamentos, dos amigos influentes.

Em síntese, o conjunto das políticas sociais criadas pelo governo de inspiração neoliberal visam a reestruturação na atuação estatal, que o aproxima do Estado liberal. Entretanto, constata-se que o Estado brasileiro não se enquadra em nenhum dos mundos do bem-estar capitalista, ele encontra-se num mundo de pobreza majoritária, de subemprego e desemprego e de salários minúsculos, e onde o bem-estar privado comprado no mercado ou negociado no contrato coletivo da empresa é alternativa apenas para uma minoria.

ABSTRACT

The aim of article in hand is to discuss the various globalization processes and their relationships with the redefinition of the role of the State in economic, political and social activities. The debate on the various definitions of globalization; the constitution of formal power structures in the world today; the influential role of international organisations, represented by economic elites of a planetary and regional character and finally, how this whole context interferes in the ambit of the National States, provoking in them profound internal transformations in the regulation of the economy and public services.

KEYWORDS: Globalization, Social Politic.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho*. 5.ed. São Paulo : Cortez, 1998.

DREIFUS, René. *As estruturas de poder no contexto da planetarização*. Caxambu : ANPOCS, 1997.

GOMES, J. Maria. *Globalização da política: realidades, mitos e dilemas*. Caxambu : ANPOCS, 1997.

HOBSBAWN, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. São Paulo : Paz e Terra, 1992.

HUTTON, Will. *Como será o futuro Estado?* Brasília : Instituto Teotônio Vilela, 1998.

IANNI, Otávio. *A sociedade global*. 5.ed. São Paulo : Civilização Brasileira, 1997.

LASCH, Christopher. *A rebelião das elites e a traição da democracia*, Rio de Janeiro : Ediouro, 1995.

LAURELL, Ana Cristina (org.). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo : Cortez, 1995

PEREIRA, Potyara. *Política social no contexto da seguridade social e o Welfare State: a particularidade da assistência social*.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; LAURA, Maria (orgs.) *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo : HUCITEC, 1994.

SPOSATI, Aldaiza et al. *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras*. 6. ed. São Paulo : Cortez, 1995.

VIEIRA, Evaldo. Estado e política social. In: *Educação e Sociedade*, São Paulo, ano 1, n. 2, jan. 1979.

ZALUAR, Alba. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro : Raven, 1994.